



# **Demonstrações Financeiras Anuais**

Para o exercício encerrado em 31/12/2017

*Contas aprovadas em reunião do Egrégio Conselho  
Pleno da Seccional do Paraná em 08/06/2018*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**

CNPJ 77.538.510/0001-41

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2017**

Valores em reais

<b>ATIVO</b>	<b>116.879.798,16</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>21.785.815,32</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>11.065.130,42</b>
CAIXA	32.599,38
BANCOS CONTA MOVIMENTO	613.894,33
BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	11.854,96
BANCOS CONTA POUPANÇA	13.839,29
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	10.392.942,46
<b>CRÉDITOS</b>	<b>10.685.471,28</b>
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO	10.017.463,11
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	643.700,64
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	24.307,53
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>35.213,62</b>
DESPESAS ANTECIPADAS DIVERSAS	35.213,62
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>95.093.982,84</b>
<b>CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER</b>	<b>7.705.416,12</b>
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.701.704,42
DEPÓSITO JUDICIAL	3.711,70
<b>PERMANENTE</b>	<b>87.388.566,72</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>87.388.566,72</b>
BENS MÓVEIS	12.120.912,02
BENS IMÓVEIS	90.010.403,26
(-) DEPRECIAÇÃO BENS MÓVEIS	(7.009.394,35)
(-) DEPRECIAÇÃO BENS IMÓVEIS	(7.733.354,21)
<b>PASSIVO</b>	<b>116.879.798,16</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>14.672.935,43</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>14.672.935,43</b>
FORNECEDORES	965.021,57
PESSOAL A PAGAR	641.158,42
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	589.249,38
CONSIGNAÇÕES	66.286,11
OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.495.389,51
CHEQUES A COMPENSAR	558.216,77
RECEITAS A REALIZAR DO EXERCÍCIO	10.357.613,67
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.191.667,17</b>
<b>OBRIGAÇÕES DIVERSAS</b>	<b>8.191.667,17</b>
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.701.704,42
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	489.962,75
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>94.015.195,56</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>94.015.195,56</b>
SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADOS	37.281.013,71
SUPERAVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	4.030.247,58
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	53.189.318,11
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(485.383,84)

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017 somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 116.879.798,16 (Cento e dezesseis milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos)

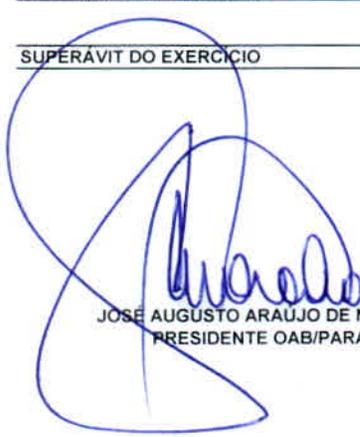
JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PARANÁ

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**  
**CNPJ 77.538.510/0001-41**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31/12/2017**  
Em reais

<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>59.519.667,50</b>
RECEITAS	59.519.667,50
RECEITAS CORRENTES	56.788.658,41
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	39.452.068,53
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.001.679,21
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES	64.275,20
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.565.593,07
RECEITAS DIVERSAS	6.705.042,40
TRANSFERÊNCIAS INTRA-CONSELHOS	1.191.893,11
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS	1.191.893,11
RECEITAS DE CAPITAL	1.539.115,98
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.539.115,98
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>59.519.667,50</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>59.519.667,50</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>55.489.419,92</b>
DESPESAS	55.489.419,92
DESPESAS CORRENTES	55.489.419,92
DESPESAS DE CUSTEIO	55.489.419,92
PESSOAL	22.359.905,03
MATERIAL DE CONSUMO	1.352.536,98
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	707.836,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.217.462,60
DESPESAS COM DEPRECIACÕES	1.791.017,97
OUTRAS DESPESAS	451.878,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.608.782,78
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>4.030.247,58</b>
<b>SUPÉRÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.030.247,58</b>

  
JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PARANÁ

  
ROGERIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANA**

CNPJ 77.538.510/0001-41

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2017 - MÉTODO INDIRETO**

Em reais

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Resultado do período	4.030.247,58
(-) Ganho na venda de ativo imobilizado	(52.000,00)
(+) Despesas com depreciações	1.791.017,97
(-) Ajustes de exercícios anteriores	(485.383,84)
Aumento / redução de anuidades a receber	945.457,42
Aumento / redução de adiantamentos diversos	(50.383,26)
Aumento / redução de créditos diversos a receber	4.568,82
Aumento / redução de despesas antecipadas	(9.996,16)
Aumento / redução de fornecedores a pagar	435.140,60
Aumento / redução de obrigações com pessoal a pagar	69.736,98
Aumento / redução de encargos sociais a pagar	51.167,59
Aumento / redução de outras contas a pagar	581.682,50
Aumento / redução de obrigações estatutárias a pagar	584.131,99
Aumento / redução de receitas a realizar	1.157.755,77
Aumento / redução de contribuições obrigatórias	(1.886.134,11)
Aumento / redução de contingências	74.477,88
<b>(=) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>7.241.487,73</b>

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

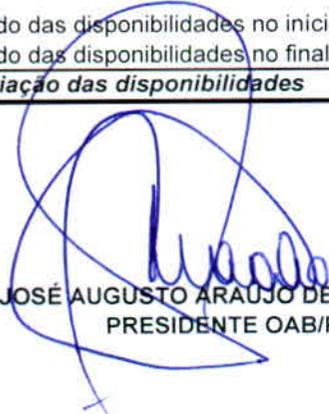
(-) Aquisição de investimentos / imobilizado	(6.703.764,32)
(+) Custo bens baixados	29.764,42
(+) Venda de investimentos / imobilizado	52.000,00
<b>(=) Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(6.621.999,90)</b>

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

(+) Integralização do capital	-
(+) Empréstimos bancários	-
(-) Amortização de empréstimos	-
<b>(=) Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>-</b>

**Varição total das disponibilidades** 619.487,83

Saldo das disponibilidades no início do período	10.445.642,59
Saldo das disponibilidades no final do período	11.065.130,42
<b>Varição das disponibilidades</b>	<b>619.487,83</b>



JOSÉ AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PR



ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2017  
Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superavit / deficit do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>32.703.345,77</b>	<b>1.647.318,62</b>	<b>34.350.664,39</b>
Incorporação de Superavit	1.647.318,62	(1.647.318,62)	-
Superavit do exercício	-	2.930.349,32	2.930.349,32
Ajustes de avaliação patrimonial	-	53.189.318,11	53.189.318,11
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>34.350.664,39</b>	<b>56.119.667,43</b>	<b>90.470.331,82</b>
Incorporação de Superavit	2.930.349,32	(2.930.349,32)	-
Superavit do exercício	-	4.030.247,58	4.030.247,58
Ajustes de avaliação patrimonial	53.189.318,11	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(485.383,84)	(485.383,84)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>90.470.331,82</b>	<b>56.734.181,85</b>	<b>94.015.195,56</b>

  
JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PR

  
ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016.**

**ÍNDICE**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Aos Senhores Diretores e ao Conselho Pleno da  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**  
Curitiba – Paraná

### **Opinião.**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião.**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria.**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **I – Anuidades a receber.**

A ORDEM tem como procedimento registrar no ativo e passivo circulante e não circulante os valores a receber de anuidades a serem cobradas referente aos registros dos advogados, sendo que no circulante são registrados os valores a receber do período corrente e no não circulante são contabilizados os montantes a receber de períodos anteriores e somente no efetivo recebimento das anuidades os valores são registrados no resultado como receita.

Para as anuidades registradas de período anteriores é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos, uma provisão para perdas.

**Como nossa auditoria conduziu este assunto.**

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, testamos e avaliamos a efetividade operacional dos controles internos mantidos e desenvolvidos pela ORDEM para suportar a adequação dos saldos a receber.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em repostas a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Curitiba, 03 de abril de 2018.**

**AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE**  
**CRC-PR – 004.269/O-6**



**RICARDO BERTUCCI**  
**CONTADOR CRC-PR 045.801/O-4**

## QUADRO I

### ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO. Em reais

ATIVO	Nota Explicativa	<u>2017</u>	<u>2016</u>	PASSIVO	Nota Explicativa	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	658.349	675.711	Fornecedores	9	965.021	529.881
Aplicações financeiras	5	10.406.782	9.769.932	Anuidades a apropriar	6	10.357.614	9.199.858
Anuidades a receber	6	10.017.463	9.076.786	Obrigações sociais		295.299	268.043
Adiantamentos		643.700	582.317	Obrigações tributárias		133.053	108.438
Outros créditos		24.307	36.422	Obrigações estatutárias	10	1.495.389	911.257
Despesas antecipadas		<u>35.214</u>	<u>25.217</u>	Provisões trabalhistas	11	837.847	747.007
		<b><u>21.785.815</u></b>	<b><u>20.166.385</u></b>	Outras obrigações		<u>588.712</u>	<u>28.836</u>
						<b><u>14.672.935</u></b>	<b><u>11.793.320</u></b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Anuidades e multas a receber	7	7.701.704	9.587.838	Anuidades e multas a apropriar	7	7.701.704	9.587.838
Depósitos judiciais		3.712	7.167	Provisão para contingência	12	<u>489.963</u>	<u>415.485</u>
Imobilizado	8	<u>87.388.567</u>	<u>82.505.585</u>			<b><u>8.191.667</u></b>	<b><u>10.003.323</u></b>
		<b><u>95.093.983</u></b>	<b><u>92.100.590</u></b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	13	37.281.014	34.350.665
				Ajustes de avaliação patrimonial	8	52.736.497	53.189.318
				Superávit	13	<u>3.997.685</u>	<u>2.930.349</u>
						<b><u>94.015.196</u></b>	<b><u>90.470.332</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>116.879.798</u></b>	<b><u>112.266.975</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>116.879.798</u></b>	<b><u>112.266.975</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## QUADRO II

### ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receitas</b>		
Anuidades do exercício	39.452.069	34.625.650
Anuidades de exercícios anteriores	8.001.679	6.374.092
Receitas sobre infrações	64.275	354.190
Taxas e emolumentos	2.565.593	2.350.917
Outras receitas	6.705.043	6.964.182
Transferências intraconselhos	1.191.893	672.181
Doações e subvenções	-	763.050
Receitas sobre aplicações financeiras	<u>1.539.116</u>	<u>1.708.028</u>
<b>Total das receitas</b>	<b><u>59.519.668</u></b>	<b><u>53.812.290</u></b>
<b>Despesas operacionais da ORDEM</b>		
Pessoal	-22.359.905	-21.003.746
Material de consumo	-1.352.537	-1.550.301
Serviços de terceiros - pessoa física	-707.836	-599.957
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-12.217.463	-11.008.531
Despesas com depreciações	-1.791.018	-1.935.800
Outras despesas	<u>-451.878</u>	<u>-433.668</u>
<b>Total das despesas operacionais da ORDEM</b>	<b><u>-38.880.637</u></b>	<b><u>-36.532.003</u></b>
<b>Contribuições estatutárias</b>		
Conselho Federal	-4.745.367	-4.099.982
Caixa de assistências dos advogados	-9.490.733	-8.199.965
Fundo cultural	-1.423.610	-1.229.995
FIDA	<u>-949.073</u>	<u>-819.996</u>
<b>Total das contribuições estatutárias</b>	<b><u>-16.608.783</u></b>	<b><u>-14.349.938</u></b>
<b>Total geral das despesas</b>	<b><u>-55.489.420</u></b>	<b><u>-50.881.941</u></b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b><u>4.030.248</u></b>	<b><u>2.930.349</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO III**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.**  
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>4.030.248</b>	<b>2.930.349</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>4.030.248</u></b>	<b><u>2.930.349</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO IV****ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>32.703.346</b>	-	<b>1.647.319</b>	<b>34.350.665</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	1.647.319	-	-1.647.319	-
Mensuração ao valor justo do imobilizado: terrenos e edificações	-	53.189.318	-	53.189.318
Superávit do exercício	-	-	<u>2.930.349</u>	<u>2.930.349</u>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>34.350.665</b>	<b>53.189.318</b>	<b>2.930.349</b>	<b>90.470.332</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	2.930.349	-	-2.930.349	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-485.384	-485.384
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-452.821	452.821	-
Superávit do exercício	-	-	<u>4.030.248</u>	<u>4.030.248</u>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b><u>37.281.014</u></b>	<b><u>52.736.497</u></b>	<b><u>3.997.685</u></b>	<b><u>94.015.196</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## QUADRO V

### ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	4.030.248	2.930.349
Ajustes por:		
Depreciação	1.791.018	1.936.468
Provisão para contingência	74.478	211.245
	<u>5.895.744</u>	<u>5.078.062</u>
<b><u>Variações nos ativos e passivos:</u></b>		
Redução/aumento em anuidades a receber	945.457	-5.442.660
Aumento/redução em demais contas a receber	-55.810	512.933
Aumento em fornecedores	435.140	27.547
Aumento/redução em obrigações sociais	118.096	-79.711
Aumento/redução em obrigações estatutárias	584.132	-99.821
Redução/aumento em demais contas a pagar	-143.887	5.360.713
	<u>1.883.128</u>	<u>279.001</u>
<b><u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u></b>	<u>7.778.872</u>	<u>5.357.063</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do imobilizado	-6.703.765	-2.697.213
Baixa do imobilizado – Valor residual	29.765	17.268
Ajuste de exercícios anteriores	-485.384	-
	<u>-7.159.384</u>	<u>-2.679.945</u>
<b><u>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</u></b>	<u>-7.159.384</u>	<u>-2.679.945</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente a caixa</b>	<u>619.488</u>	<u>2.677.118</u>
Caixa e equivalente a caixa no início do período	10.445.643	7.768.525
Caixa e equivalente a caixa no final do período	<u>11.065.131</u>	<u>10.445.643</u>
	<u>619.488</u>	<u>2.677.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.**

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB**, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** foi instalada em 15 de fevereiro de 1932.

#### **2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC aplicáveis a Entidades sem Fins Lucrativos.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

#### **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

##### **a) Base para preparação.**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa.**

São recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelos saldos livres de movimentação dos depósitos bancários a vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**c) Aplicações financeiras.**

As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço, e são imunes da retenção do Imposto de Renda nos termos da legislação vigente.

**d) Anuidades a receber**

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício social, acrescidas de juros e multas por atraso quando for o caso.

**e) Provisão para perdas de longo prazo.**

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos, e é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber de anuidades.

**f) Ativo Imobilizado.**

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, que está calculada considerando o tempo de vida útil do bem.

**g) Fornecedores.**

Saldos a pagar de títulos cujos vencimentos ocorrem após o encerramento do balanço patrimonial em 31 de dezembro, e são decorrentes das compras de materiais de uso e consumo e demais mercadorias e da contratação de prestadores de serviços diversos, na condição para pagamento a prazo.

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais ou documentos fiscais.

**h) Provisões trabalhistas.**

Está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada colaborador perante a ORDEM, acrescida dos respectivos encargos sociais.

**i) Tributação**

Nos termos da legislação tributária brasileira, a ORDEM, goza de imunidade do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre sua arrecadação e/ou superávit apurado.

**j) Passivos circulantes e não circulantes.**

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores mensuráveis e conhecidos, e acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas normalmente usuais.

**k) Obrigações estatutárias.**

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre receitas brutas mensais de anuidades, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei n.º 8.906/1994 nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

**l) Provisões para Contingências.**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade em conjunto com seus consultores jurídicos.

**m) Apuração do superávit ou déficit do exercício.**

O procedimento adotado pela ORDEM para a apuração do Superávit ou Déficit do exercício social, é o regime de competência para o reconhecimento das despesas e o regime de caixa para reconhecimento das receitas, por entender ser o mais adequado em relação a apresentação das presentes demonstrações financeiras.

**n) Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

**4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	32.600	34.697
Bancos conta movimento	613.894	613.697
Bancos conta arrecadação	<u>11.855</u>	<u>27.317</u>
<b>Total</b>	<b><u>658.349</u></b>	<b><u>675.711</u></b>

**5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.**

<b><u>Instituições financeiras:</u></b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b><u>Seccional</u></b>		
Caixa Econômica Federal – CDB	6.139.927	4.330.457
Caixa Econômica Federal – Fundo de investimentos	2.549.946	4.423.796
Banco do Brasil – Fundo de investimentos	791.394	82.207
Caixa Econômica Federal – Mútua	<u>30.495</u>	<u>27.577</u>
	<b>9.511.762</b>	<b>8.864.037</b>
<b><u>Subseções</u></b>		
Caixa Econômica Federal	796.275	817.336
Banco do Brasil	5.992	205
Sicredi	78.914	75.081
Contas poupança	<u>13.839</u>	<u>13.273</u>
	<b>895.020</b>	<b>905.895</b>
<b>Total</b>	<b><u>10.406.782</u></b>	<b><u>9.769.932</u></b>

**6 ANUIDADES A RECEBER – CIRCULANTE.**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Anuidades do exercício	10.070.314	7.842.592
Negociações	<u>287.300</u>	<u>1.357.266</u>
	<b>10.357.614</b>	<b>9.199.858</b>
Depósitos não identificados	<u>-340.151</u>	<u>-123.072</u>
	<b>-340.151</b>	<b>-123.072</b>
<b>Total</b>	<b><u>10.017.463</u></b>	<b><u>9.076.786</u></b>

**7 ANUIDADES E MULTAS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE.**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Anuidades de exercícios anteriores	14.912.203	17.276.675
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>-7.210.499</u>	<u>-7.688.837</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.701.704</u></b>	<b><u>9.587.838</u></b>

A ORDEM tem registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante, os valores de anuidades a receber de advogados, correspondentes aos exercícios anteriores à 2017 e, vencidas até 31 de dezembro de 2016.

Por decisão da diretoria, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base na expectativa de recebimento dos advogados ativos.

A administração vem intensificando a gestão de recuperação da inadimplência através de ações de cobranças por notificações e ações judiciais. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

## 8 IMOBILIZADO.

			<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Custo +</u>	<u>Depreciação</u>		
	<u>Valor justo</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações	48.687.510	-7.732.224	40.955.286	41.780.000
Terrenos	39.471.000	-	39.471.000	35.910.000
Móveis e utensílios	4.690.132	-2.697.865	1.992.267	1.910.122
Instalações	491.561	-264.069	227.492	160.666
Maquinas e aparelhos	2.618.930	-1.475.711	1.143.219	1.102.989
Equipamentos de informática	3.567.309	-2.291.155	1.276.154	1.141.695
Veículos	606.949	-211.411	395.538	186.921
Outras imobilizações	255.406	-70.313	185.093	83.530
Construções e reformas das Subseções	<u>1.742.518</u>	<u>-</u>	<u>1.742.518</u>	<u>229.662</u>
<b>Total</b>	<b><u>102.131.315</u></b>	<b><u>-14.742.748</u></b>	<b><u>87.388.567</u></b>	<b><u>82.505.585</u></b>

Em dezembro de 2016, com base no laudo de avaliação de empresa especializada, a qual efetuou levantamento para identificar o Valor Justo dos bens registrados no imobilizado, considerando os grupos de terrenos e de edificações, e que gerou um "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no montante de R\$ 53.189.318, sendo que R\$ 21.658.465 foram acrescidos a conta de Edificações e a diferença de R\$ 31.530.853, foi registrado no grupo de terrenos.

O estudo realizado pela empresa avaliadora em observância ao pronunciamento contábil do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.º 27 e o ICPC 10 e o NBC TG 1000, serviu para identificar a vida útil dos bens registrados no grupo de Edificações. A partir do exercício de 2017, esses bens veem sendo depreciados pelo método linear às taxas variando de 1,66% à 3,33% ao ano, o que compreende o período de vida útil estimado entre 30 a 60 anos, considerando as edificações da Seccional e das Subseções.

Para os outros grupos registrados no imobilizado, a entidade elaborou um estudo interno, no qual selecionou todos os bens baixados entre os meses de janeiro de 2013 à dezembro de 2015, e comparou com a vida útil econômica dos bens pelo período utilizado até sua baixa, chegando-se a conclusão que as taxas efetivas realizadas para os bens, ficaram com os seguintes percentuais:

<b>Grupo</b>	<b>Vida útil em anos</b>	<b>Percentual para depreciação</b>
Móveis e utensílios	10,00	10,00%
Máquinas e aparelhos	10,00	10,00%
Instalações	10,00	10,00%
Equipamentos de Informática	7,30	13,70%
Veículos	5,46	18,30%

## 9 FORNECEDORES.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Seccional	943.852	507.536
Subseções	21.169	22.345
<b>Total</b>	<b>965.021</b>	<b>529.881</b>

## 10 OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS.

<b>Cota estatutária:</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Conselho Federal	1.407.798	644.056
Caixa de Assistência dos Advogados	-	138.006
Fundo Cultural	187	17
FIDA	87.404	129.178
<b>Total</b>	<b>1.495.389</b>	<b>911.257</b>

## 11 PROVISÕES TRABALHISTAS.

<b>Provisões para:</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Férias	641.159	571.421
Encargos sobre férias	196.688	175.586
<b>Total</b>	<b>837.847</b>	<b>747.007</b>

## 12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, considerando as experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões no montante total de R\$ 489.963 (R\$ 415.485 em 2016), consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas com as ações em andamento.

**13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio social	37.281.014	34.350.665
Ajustes de avaliação patrimonial	52.736.497	53.189.318
Superávit	<u>3.997.685</u>	<u>2.930.349</u>
<b>Total</b>	<b><u>94.015.196</u></b>	<b><u>90.470.332</u></b>

**14 COBERTURA DE SEGUROS.**

A ORDEM, em 31 de dezembro de 2017, era auto seguradora em parte dos imóveis das Subseções.

**15 AÇÕES DE COBRANÇA DAS ANUIDADES EM ATRASO.**

A ORDEM possui atualmente 1.594 (hum mil, quinhentos e noventa e quatro) ações em andamento para a cobrança das anuidades em atraso dos advogados, compreendendo para o período das cobranças os exercícios entre 2008 à 2016.

\* \* \*

**AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE**



## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ

CNPJ 77.538.510/0001-41

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA RECEITA E DESPESA

EXERCÍCIO DE 2017

COD	RECEITAS	ORÇADO 2017	Orçado até dezembro 2017 - total	Realizado até dezembro 2017 - seccional	Realizado até dezembro 2017 - subseções	Realizado até dezembro 2017 - total	Diferença orçado / realizado - total	COD	DESPESAS	ORÇADO 2017	Orçado até dezembro 2017 - total	Realizado até dezembro 2017 - seccional	Realizado até dezembro 2017 - subseções	Realizado até dezembro 2017 - total	Diferença orçado / realizado - total
4.1	RECEITAS CORRENTES							3.1	DESPESAS CORRENTES						
4.1.1	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.459.482,28	40.459.482,28	39.451.774,87	-	39.451.774,87	(1.007.707,41)	3.1.1	DESPESAS DE CUSTEIO						
4.1.2	RECEITAS DE COBRANÇAS	5.000.000,00	5.000.000,00	8.001.679,21	-	8.001.679,21	3.001.679,21	3.1.1.1	PESSOAL	22.990.000,00	22.990.000,00	22.332.762,07	27.142,96	22.359.905,03	630.094,97
4.1.3	RECEITAS DE INFRAÇÕES	80.000,00	80.000,00	64.275,20	-	64.275,20	(15.724,80)	3.1.1.2	MATERIAL DE CONSUMO	1.810.000,00	1.810.000,00	656.952,21	971.106,11	1.628.058,32	181.941,68
4.1.4	RECEITAS DE SERVIÇOS	1.829.400,00	1.829.400,00	2.565.886,73	-	2.565.886,73	736.486,73	3.1.1.3	SERVIÇOS DE TERCEIROS	10.779.000,00	10.779.000,00	9.260.123,11	3.416.719,57	12.676.842,68	(1.897.842,68)
4.1.5	RECEITAS DIVERSAS	4.880.000,00	4.880.000,00	5.340.151,80	1.364.890,60	6.705.042,40	1.825.042,40	3.1.2	TRANSF. CORRENTES						
4.1.6	TRANSFERÊNCIAS INTRACONSEL	-	-	1.161.893,11	30.000,00	1.191.893,11	1.191.893,11	3.1.2.1	CONTRIB. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	15.910.818,80	15.910.818,80	16.608.782,78	-	16.608.782,78	(697.963,98)
4.2	RECEITAS DE CAPITAL							3.2	DESPESA DE CAPITAL						
4.2.1	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.463.873,67	75.242,31	1.539.115,98	539.115,98	3.2.1	INVESTIMENTOS						
4.2.2	VENDA IMOBILIZADO	-	-	-	-	-	-	3.2.1.1	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENT	1.210.000,00	1.210.000,00	4.960.278,54	121.254,28	5.081.532,82	(3.871.532,82)
4.2.3	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	3.2.1.2	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.850.000,00	4.850.000,00	1.581.824,17	40.407,33	1.622.231,50	3.227.768,50
4.2.4	DOAÇÕES RECEBIDAS	-	-	-	-	-	-	3.3	OUTRAS DESPESAS (LEITOR)						
4.3	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO							3.3	(contrapartida com a venda na receita)	330.000,00	330.000,00	204.570,00	563,08	205.133,08	124.866,92
	Provisão obras subseções*	5.050.000,00	0,00	-	0,00	0,00	-	3.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	419.063,48	419.063,48	189.915,64	-	189.915,64	229.147,84
	Provisão p/pgto.despesas janeiro	-	-	-	-	-	-								
	TOTAIS	58.298.882,28	53.248.882,28	58.049.534,59	1.470.132,91	59.519.667,50	6.270.785,22		TOTAIS	58.298.882,28	58.298.882,28	55.795.208,52	4.577.193,33	60.372.401,85	(2.073.519,57)

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PresidenteAIRTON MARTINS MOLINA  
Vice PresidenteMARILENA INDIRA WINTER  
Secretária GeralALEXANDRE HELLENDER DE QUADROS  
Secretário Geral AdjuntoFABIANO AUGUSTO PIAZZA BARACAT  
Diretor Tesoureiro